

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2023

(Do Sr. ANTONIO CARLOS RODRIGUES)

Acrescenta o art. 31-A ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para dispor sobre a obrigatoriedade de instituição de cadastro unificado atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de pessoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. As sociedades seguradoras instituirão e manterão, sob a supervisão da Susep, um cadastro unificado atualizado dos segurados e beneficiários dos seguros de pessoas.

§ 1º As informações disponibilizadas no cadastro unificado somente poderão ser utilizadas para localização e no interesse dos beneficiários do contrato de seguro.

§ 2º A inclusão das informações no cadastro dependerá do consentimento prévio, expresso e informado do segurado, que poderá revogá-lo a qualquer momento, bem como solicitar a exclusão definitiva dos seus dados do cadastro.

§ 3º Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento dos dados pessoais que constarem do cadastro deverão ser respeitados os direitos à privacidade, à intimidade e à proteção dos dados pessoais previstos na legislação especial.



§ 4º As infrações ao disposto neste artigo sujeitam a pessoa natural ou jurídica infratora às penalidades previstas no art. 108 deste Decreto-Lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo dispor sobre a criação do cadastro unificado de segurados e beneficiários dos seguros de pessoas, cujo exemplo mais relevante é o seguro de vida.

Objetivamente, propomos que esse cadastro reúna as informações que constam separadamente no banco de dados de cada empresa que opera nesse ramo.

O que nos leva a apresentar este Projeto de Lei Complementar (PLP) é o fato de que, muitas vezes, os parentes das pessoas falecidas desconhecem a existência de seguros de vida contratados por seus entes queridos que já se foram. Da mesma forma, beneficiários de outros tipos de seguros de pessoas podem não ter conhecimento da existência do contrato de seguro.

Para obter essa informação, muitos acabam tendo que se dedicar à árdua tarefa de procurar nos arquivos da pessoa falecida ou então pesquisar a esmo nas principais empresas do mercado. Por conta da natural dificuldade dessa busca, em muitos casos o seguro não é pago simplesmente pela falta de informação sobre sua existência.

A nosso ver, com a criação do cadastro, essas informações se tornarão mais acessíveis. Além disso, a proposição estabelece uma série de garantias e proteções à privacidade e à intimidade dos indivíduos afetados pelo cadastro. Ainda que o cadastro tenha como objetivo facilitar a localização e o acesso aos seguros por parte dos beneficiários, os dados do segurado



compõem as esferas da vida privada e da intimidade do titular, consideradas invioláveis pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição da República.

Assim, o projeto prevê regras que garantem a preservação de sua vida privada e de sua intimidade, exigindo o seu consentimento prévio, expresso e informado para inclusão dos dados no cadastro e estabelecendo penalidades para aqueles que violarem tais normas.

Dessa forma, por acreditar que esta proposição poderá ser eficaz, contribuindo de forma significativa em minimizar os transtornos na perda de entes familiares, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ANTONIO CARLOS RODRIGUES

2023-9644

